

Uma Democracia para o Século XXI

Antônio Sales Rios Neto*
www.antoniosales.blogspot.com

“Democracia é um processo coletivo contínuo em que aprendemos a viver uns com os outros – muito mais do que um conjunto de valores estimulantes ou de mecanismos simples, como eleições e o ato de votar. É algo que se faz e não que se herda. E, até que esse processo de aprendizado penetre nas principais instituições da sociedade, é prematuro chamar de a nossa sociedade democrática.”

Peter Senge

Vivemos tempos por demais emblemáticos se olharmos bem no que se transformou o nosso cotidiano, se avaliarmos com mais atenção a qualidade das relações sociais na atualidade. Paradoxalmente, observamos que ao mesmo tempo em que se conquistou, na maioria das nações, um padrão de sociedade que se define e se organiza segundo um regime de Estado Democrático, também construímos uma sociedade do individualismo, da insegurança, da degradação ambiental e da iniquidade social. O nosso país, por exemplo, que há 20 anos vem tentando consolidar tal regime democrático, enfrenta crescentes problemas sociais e ambientais aparentemente insolúveis, que vão desde a violência urbana crônica ao precário sistema de transporte das grandes metrópoles que se mostra à beira de um colapso.

Então nos perguntamos aflitos: o que há de errado com a democracia, se o futuro apresenta-se cada vez mais sombrio? Para refletir sobre esta questão tento buscar respostas em idéias já elaboradas por renomados pensadores da atualidade como Norberto Bobbio, Edgar Morin e Humberto Maturana, só para citar alguns. E a compreensão destes expoentes, posta de forma simples e direta, é a de que a democracia, além de ser um regime político de Estado, deve ser essencialmente a expressão maior da cultura em que vive cada sociedade, ou seja, a base em que devem se estabelecer as relações entre as pessoas. No entanto, somos, ao contrário, produto de um cotidiano predominantemente autoritário, desde a formação durante a infância no seio familiar patriarcal, passando pela linearidade da escola que educa para o adestramento e depois no competitivo ambiente de trabalho; e assim naturalmente nos comportamos como tal na vida adulta, pretendendo ser “donos” da verdade, do mundo e dos outros. Sintetizando, vivemos numa sociedade democrática porém fundada na negação do outro, que se ampara na seguinte premissa: “aceito a presença do outro desde que este outro se submeta a um papel secundário e que, mesmo sobrepujando o interesse comum, eu não tenha que abrir mão de meus privilégios, daquilo sem o qual o meu ego não suportaria viver”.

A verdade é que somos, enquanto sociedade, um regime democrático inutilmente tentando funcionar sob o alicerce de uma cultura antidemocrática, uma cultura da subserviência. Uma democracia limitada somente ao espaço macro-político dos governantes e legisladores, a democracia de um dia – o dia de votar, não há como ser impulsionadora do tão distante e desejado estado de bem-estar social, se no espaço micro-político das instituições, empresas e demais organizações sociais, onde o fazer humano efetivamente acontece, é regido por uma infinidade de verdadeiros “feudos” concentradores de poder que dificultam o exercício da participação e decisão por parte das maiorias excluídas, mantidas na ignorância. O que se tem é uma pseudo-democracia que por não se capilarizar e não constituir a essência do viver em coletividade não se legitima e portanto torna-se incapaz de gerar cidadãos de fato. Temos sobretudo, analisando de uma perspectiva global, uma democracia do Capital pois esta se

desenvolve num contexto onde a visão de mundo predominante é a da lógica econômica, que, aliada à tecnociência, vive sob os ditames do deus-mercado em que prevalecem as perversas e obscuras ingerências do poder econômico das grandes corporações, fato que por si só representa hoje talvez o maior entrave à vida democrática e ao desenvolvimento sustentável de um planeta que começa a manifestar claros sinais de agonia.

O desafio dessa geração portanto é cultural. E essa difícil mudança cultural, de um padrão de comportamento autoritário para uma atitude mais democrática e solidária, requer o estabelecimento de um novo pacto de convivência em que as relações humanas devem estar amparadas no diálogo, na tolerância e no respeito mútuo, ao invés da coerção imposta pela superioridade econômica, da sufocante hierarquia institucionalizada e das relações de medo e poder que inferioriza as pessoas. Nesse sentido, Humberto Mariotti, uma grande referência no assunto, assevera que *“a energia indispensável ao desenvolvimento da democracia não pode vir ‘de cima’, não pode partir de uma autoridade invisível e transcendente. Ela precisa nascer na horizontalidade, no plano em que as pessoas se encontram, conversam e se entendem de modo natural, e os resultados desse sistema de compensações se entrelaçam e se ampliam em rede”*.

Urge portanto o desenvolvimento de uma cultura democrática. Apesar da crise de valores e da descrença em dias melhores que se abate sobre a atual sociedade do consumo e da competição, as profundas transformações no comportamento individual e coletivo, as mudanças paradigmáticas silenciosamente em curso, parecem apontar nessa direção. Pelo menos é esta a visão de pensadores como o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin, como se percebe nas palavras transcritas de sua obra intitulada *“Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro”*, que aqui exponho para melhor situar os rumos da nossa democracia:

“As democracias do século XXI serão cada vez mais confrontadas ao gigantesco problema decorrente do desenvolvimento da enorme máquina em que ciência, técnica e burocracia estão intimamente associadas. Esta enorme máquina não produz apenas conhecimento e elucidação, mas produz também ignorância e cegueira. Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas as vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também os inconvenientes da hiperespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber. Este tornou-se mais e mais esotérico (acessível apenas aos especialistas) e anônimo (concentrado nos bancos de dados e utilizado por instâncias anônimas, a começar pelo Estado). Da mesma forma, o conhecimento técnico está reservado aos especialistas, cuja competência em uma área fechada é acompanhado de incompetência quando esta área é parasitada por influências externas ou modificada por algum acontecimento novo. Nessas condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento. Tem o direito de adquirir saber especializado ao fazer estudos ad hoc, mas é despojado na qualidade cidadão, de qualquer ponto de vista global e pertinente. A arma atômica, por exemplo, retirou por completo do cidadão a possibilidade de pensá-la ou controlá-la. Sua utilização é deixada geralmente à decisão pessoal e única do chefe de Estado, sem consulta a nenhuma instância democrática regular. Quanto mais a política se torna técnica, mais a competência democrática regride.

O problema não se apresenta somente para a crise ou a guerra. É problema da vida cotidiana: o desenvolvimento da tecnoburocracia instaura o reinado dos peritos em áreas que, até então, dependiam de discussões e decisões políticas; ele suplanta os cidadãos nos domínios abertos às manipulações biológicas da

paternidade, da maternidade, do nascimento, da morte. Estes problemas, com raras exceções, não entraram na consciência política nem no debate democrático do século XX.

De maneira mais profunda, o fosso que cresce entre a tecnociência esotérica, hiperespecializada, e os cidadãos cria a dualidade entre os que conhecem — cujo conhecimento é de resto parcelado, incapaz de textualizar e globalizar — e os ignorantes, isto é, o conjunto dos cidadãos. Desse modo, cria-se nova fratura social entre uma “nova classe” e os cidadãos. O mesmo processo está em andamento no acesso às novas tecnologias de comunicação entre os países ricos e os países pobres.

Os cidadãos são expulsos do campo político, que é cada vez mais dominado pelos “expertos”, e o domínio da “nova classe” impede de fato a democratização do conhecimento.

Nessas condições, a redução do político ao técnico e ao econômico, a redução do econômico ao crescimento, a perda dos referenciais e dos horizontes, tudo isso conduz ao enfraquecimento do civismo, à fuga e ao refúgio na vida privada, a alternância entre apatia e revolta violenta e, assim, a despeito da permanência das instituições democráticas, a vida democrática se enfraquece.

Nessas condições, impõe-se às sociedades reputadas como democráticas a necessidade de regenerar a democracia, enquanto, em grande parte do mundo, se apresenta o problema de gerar democracia, ao mesmo tempo em que as necessidades planetárias nos reclamam gerar nova possibilidade democrática nesta escala.

A regeneração democrática supõe a regeneração do civismo, a regeneração do civismo supõe a regeneração da solidariedade e da responsabilidade, ou seja, o desenvolvimento da antro-po-ética.”

Os atuais tempos de globalização parecem reclamar um novo paradigma civilizatório em que a democracia deve desenvolver-se em todas as instâncias da vida coletiva, se quisermos construir uma comunidade global. Não podemos esperar a democratização do todo (as instâncias macropolíticas – governos e assembléias) sem a democratização das partes (as instâncias onde as pessoas vivem e se encontram – instituições, empresas e agrupamentos sociais). No plano pessoal, esta idéia nos remete a um conhecido ensinamento deixado por Gandhi: “*ser a mudança que queremos ver no mundo*”.

Parece ser esta a democracia possível neste século XXI, ou não haverá um próximo século.

* O autor é graduado em Engenharia Civil e pós-graduado em Consultoria Organizacional pela Universidade Federal do Ceará - UFC, atualmente ocupando um cargo de Analista Judiciário – área administrativa no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Home page: <http://antoniosales.blogspot.com/> E-mail: sales@tre-ce.gov.br.